

Pequenas empresas

No dia 15 deste mês de dezembro, no Palácio dos Bandeirantes, serão assinados os contratos relativos aos projetos de pesquisa que serão apoiados pela FAPESP, na primeira etapa do *Programa de Inovação Tecnológica em Pequena Empresa*. O programa, lançado pela Fundação em maio passado, recebeu inscrições, para a primeira etapa, até 30 de julho. Inscreveram-se 79 pequenas empresas, de diversas regiões do Estado e de várias áreas de atividade. Os 29 projetos selecionados receberão inicialmente da FAPESP, cada um, até R\$ 50 mil, para estudo da viabilidade técnica do projeto.

Representantes da FAPESP

Os conselheiros Mohamed Kheider Zeyn e Alain Florest Stempfer foram escolhidos, respectivamente, representantes titular e suplente da FAPESP no Conselho Universitário da USP.

Orçamento e eleições

O Conselho Superior da FAPESP, em reunião no dia 3 deste mês de dezembro, aprovou o orçamento para 1998 da Fundação, que totaliza R\$ 190.279.874,00. Desse valor, R\$ 57.083.862,20 se destinam às bolsas no país e no exterior, e R\$ 133.196.011,80 aos auxílios, projetos temáticos e individuais.

Na mesma reunião, foi aprovada a data de 15 de junho de 1998 para eleição do representante dos institutos e instituições de pesquisa ao Conselho Superior.

Férias coletivas

A FAPESP estará em férias coletivas dos dias 12 a 30 de janeiro de 1998. Durante esse período, somente serão recebidas as correspondências enviadas pelo correio. As bolsas em vigor no período acima terão os pagamentos de janeiro creditados no dia 05 de fevereiro.

Programa para pesquisas na área de políticas públicas

A proposta de criação, pela FAPESP, de um Programa de Pesquisas em Políticas Públicas, foi aprovado pelo Conselho Superior da Fundação, em sua última reunião. O programa, seguindo o modelo adotado nos programas de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas e de Parceria para Inovação Tecnológica, bem como para o Programa de Ensino Público, terá como finalidade financiar projetos de pesquisa aplicada que possam beneficiar a formulação e implementação de políticas públicas. As pesquisas serão realizadas em parcerias com instituições, governa-

mentais ou não, ficando a FAPESP responsável pelo financiamento das atividades de pesquisa nas formas usuais e na forma de bolsas para a participação no projeto de técnicos da instituição parceira.

O programa terá uma dotação pré-estabelecida, a exemplo dos programas especiais citados, sendo, portanto, a seleção competitiva. Independente da criação do Programa, a FAPESP continuará a apoiar projetos de pesquisa básica ou perfil acadêmico relacionados com a temáticas das políticas públicas, dentro das suas linhas regulares de auxílios e bolsas.

Cooperação Tecnológica e Científica

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Massachusetts Institute of Technology (MIT) assinaram, no dia 1º deste mês, no Palácio dos Bandeirantes, Protocolo

de Intenções de Cooperação Tecnológica e Científica. O documento prevê a parceria daquele Instituto com universidades paulistas e com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa junto a empresas.

Japão busca integrar universidades e indústria

O Ministério da Indústria e Comércio Exterior do Japão (MITI) e o Ministério da Educação, Ciência, Esporte e Cultura (Monbusho) estão estudando a criação de escritórios de relações tecnológicas que ajudem a promover a colaboração entre as universidades e a indústria. A proposta é uma das muitas recomendações com esse propósito. Os escritórios tanto poderiam atender individualmente uma universidade, como ter caráter regional, atendendo diversas universidades, segundo notícia publicada na revista *Nature*, edição de 13 de novembro.

Diferentemente do que acontece nos Estados Unidos, segundo a nota, há, no Japão, pouca integração entre universidades e indústrias na área de Pesquisa e Desenvolvimento, especialmente quando se trata de universidades federais, devido, em grande parte, a impedimentos legais. Em razão disso, enquanto as universidades norte-americanas obtiveram,

em 1994, 1.900 patentes, as universidades japonesas obtiveram, no mesmo ano, 130 patentes, segundo dados do MITI.

Por meio dos escritórios, seria dada assistência às universidades para elaboração de contratos de pesquisa em projetos conjuntos com laboratórios industriais. Além disso, as empresas seriam assessoradas a instalar seus próprios centros de pesquisa nas universidades. A proposta, que deverá ser submetida ao parlamento japonês neste mês de dezembro, pressupõe a alteração da atual legislação, que proíbe cientistas de se envolverem em pesquisas em laboratórios industriais ou em atividades lucrativas. Mas, além da legislação, a postura universitária também precisa ser modificada, segundo Susumu Nishimura, diretor de um centro de pesquisa. "Há ainda uma forte concepção de que bons pesquisadores não devem se envolver em negócios", disse ele.